



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES**

**REPENSANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA COM UM OLHAR INCLUSIVO NA
ESCOLA**

Jordana Alves de Souza Lima
Nº de Matrícula: 112790012^a
Polo: Bicas

Juiz de Fora
2019

JIORDANA ALVES DE SOUZA LIMA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

REPENSANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA COM UM OLHAR INCLUSIVO NA
ESCOLA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a Ms. Luciane Aparecida Nobre

Coorientadora: Prof^a. Ms. Michelle Duarte Rios Cardoso

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lima, Jiordana Alves de Souza.

Repensando a Prática Pedagógica com um Olhar Inclusivo na Escola / Jiordana Alves de Souza Lima. -- 2019.
21 p.

Orientadora: Luciane Aparecida Nobre

Coorientadora: Michelle Duarte Rios Cardoso

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. , 2019.

1. Educação Inclusiva. 2. Estratégias de Ensino. 3. Diversidade .
I. Nobre , Luciane Aparecida , orient. II. Cardoso, Michelle Duarte Rios, coorient. III. Título.

JIORDANA ALVES DE SOUZA LIMA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ms. Luciane Aparecida Nobre - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora - UAB

Prof^ª Ms. Michelle Duarte Rios Cardoso - Coorientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora - UAB

Prof. Ms. Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins - Avaliador
Universidade Federal de Juiz de Fora - UAB

Juiz de Fora
2019

Mais do que nunca, está nas mãos de quem educa,
e somente nelas, o sucesso ou o fracasso escolar,
a vida limitada pela insegurança e pela indecisão
ou a alegria de crescer e a serenidade
para fazer amigos e construir a felicidade.

Celso Antunes

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais, Waldete e Braz (in memoriam), que mediaram em minha vida o desejo de sempre ir adiante, de aprender, de viver e seguir...

Ao meu esposo, Marcelo por partilhar comigo a vida.

Aos meus filhos, Guilherme e Samuel, que me ensinaram que o amor é infinito.

Aos meus alunos, professores e amigos do curso que me ajudaram a trilhar o mundo da Educação Inclusiva, com o desejo de melhores dias, com menos fracasso e mais sucesso...

A minha coorientadora Michelle pelo carinho, cuidado e intervenções, sempre bem vindas.

E a todos que de alguma forma compôs a minha história.

O meu agradecimento profundo e reconhecimento de que todos vocês foram responsáveis, mesmo que indiretamente para a realização de mais essa etapa. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se configura como um projeto de intervenção e traz como objetivo analisar as concepções docentes acerca da Educação Inclusiva, mais objetivamente sobre como se dá o processo de inclusão dos alunos com deficiência em sala de aula, bem como pensar estratégias de ensino que contemple uma educação voltada para todos, tendo como ponto de partida a seguinte questão: Como se dá a relação professor e a diversidade e como é feita a inclusão do aluno com deficiência na sala de aula? A pesquisa aconteceu em uma escola da rede municipal de uma cidade mineira, com um grupo de aproximadamente quinze profissionais escolares, dentre eles: professores, coordenador, diretor, demais profissionais e alunos, haja vista que a inclusão se faz com a participação de todos. Para concretização desse trabalho, o primeiro passo foi à aplicação de um questionário e o resultado analisado por mim e discutido com os quinze profissionais participantes da pesquisa, proporcionando compreensões acerca do processo de inclusão do aluno na sala de aula. Para fundamentar o trabalho foram utilizados autores que abordam a temática, como Mitler (2003), Chiarottino (1988), Drago (2010), Diez (2010), Mantoan (2003) e Paulo Freire (1995). A partir desse projeto foi possível concluir que os alunos entendem bem o ato de incluir e de dar ao outro as mesmas possibilidades, e na prática já a cumprem. Já em relação aos docentes percebi, de início, uma abstração de responsabilidades, uma teoria descontextualizada da prática, o que cria barreiras para que a educação inclusiva seja viabilizada. Acresce-se a isso, a falta de direcionamento no Projeto Político Pedagógico, haja vista que esse é fundamental para adaptação curricular, criando subsídios específicos para o atendimento do aluno com deficiência e ou dificuldade de aprendizagem. O resultado da pesquisa culminou numa abordagem a prática pedagógica que busca pensar na diversidade, abordando métodos e estratégias que tenham como objetivo contemplar a diferença e viabilizar as possibilidades para a apropriação e construção do conhecimento no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Estratégias de Ensino; Diversidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	08
3 DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA QUESTÃO.....	09
4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA.....	11
5 OBJETIVO GERAL.....	13
6 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	13
7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA INTERVENÇÃO.....	13
8 CRONOGRAMA.....	14
9. RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	15
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21
APÊNDICE.....	22

1 INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem como foco de estudo uma reflexão a acerca do papel do professor em relação à inclusão dos alunos com deficiência nas turmas regulares de ensino e a organização da escola para que esta seja inclusiva. A Educação Inclusiva é regulamentada por várias normas, mas podemos dizer que o seu fundamento parte da Constituição Federal (1988), que traz a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola para todos, portanto a escola precisa se reorganizar para garantir igualdade de oportunidades no ensino e aprendizagem.

Mitler (2003, p.139) afirma que “inclusão e exclusão começam na sala de aula”, portanto são as relações no cotidiano escolar que oferecem ou não possibilidades para a construção do conhecimento. Se um aluno não entende as colocações e solicitações feitas pelo professor, obviamente ele se sentirá excluído. Dessa forma, o professor deve estar atento às respostas dadas pelos alunos para que possa restabelecer essas relações, também precisam estar atento as diferenças e estas devem sempre ser consideradas. Portanto, não basta aceitar um aluno com deficiência em sala de aula, este deve ser incluído e para isso, o planejamento pedagógico precisa ser pensado a partir das diferenças, respeitando as singularidades de cada sujeito.

A escola precisa estar organizada para que possa atender as necessidades educativas de cada um de seus alunos. Isso significa garantir que todos tenham acesso, possam permanecer e serem bem sucedidos, conforme determina a lei. Portanto, esse movimento de incluir vai além da inclusão física, precisando escola e professores oferecer os suportes necessários, que lhes permitam de fato, estarem incluídos, para que esses possam ter oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento com seus pares. A diversidade deverá ser contemplada na prática, favorecendo o processo de formação e aprendizagem escolar.

Isso posto, esse projeto de intervenção objetiva pensar a inclusão como ato de incluir a todos, não somente os alunos com deficiência, mas todas as crianças matriculadas em uma determinada turma de ensino regular composta por alunos com deficiência, alunos que por algum motivo fracassaram na escola e aqueles que não tem deficiência.

Partindo do princípio que uma educação inclusiva é aquela que atende a todos os alunos em suas especificidades, em primeiro lugar realizei um levantamento bibliográfico de autores que tratam a temática, dando fundamentação ao estudo em questão. Em seguida, a intervenção com: observação, análise de documento dos alunos e entrevistas realizadas com

quinze profissionais da escola de forma anônima, a fim de identificar como acontece o processo de inclusão na escola.

Na etapa final, com base nas buscas bibliográficas, dados coletados e observações de campo, foi feita uma reflexão com os profissionais participantes sobre as práticas pedagógicas e, uma análise detalhada de estudo de casos próximos da problemática, buscando tomada de decisões e estratégias de ensino que causem impacto nas práticas de sala de aula.

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO:

Pensar em uma escola melhor para todos implica pensar em mudanças e estratégias capazes de atender a toda diversidade na sala de aula. No contexto escolar, a criança com deficiência é aceita e inserida em turmas regulares de ensino, porém, a matrícula por si só, não garante sua inclusão e aprendizado, já que, em muitos casos o professor não consegue organizar sua ação pedagógica de forma diferenciada para favorecer a desenvolvimento dessa criança.

Partindo do pressuposto de que a educação deve ser inclusiva e atender a todos os sujeitos em suas especificidades, à escola precisa se organizar e flexibilizar o currículo de modo que a permita fazer os ajustes pedagógicos necessários às necessidades dos alunos. Estar na escola não significa que o aluno esteja aprendendo. De acordo com, Chiarottino, (1988, p.48)

Objetos e fatos adquirem, portanto, significações para a criança na escola, quando inseridos em uma estrutura, em um sistema de relações. Isso ocorre a partir da sua ação construtiva sobre os objetos do conhecimento. Essa condição é válida tanto para crianças que organizam o mundo quanto para o cientista que descobre as regularidades no funcionamento do universo. As diferenças entre um tipo de conhecimento (o da criança) e outro (o do cientista ou do adulto) são explicadas apenas pelas possibilidades de conhecer, próprias de cada estágio do desenvolvimento cognitivo.

Entendemos assim que, só existe ensino quando resulta em aprendizado, ou seja, quando o que aprendemos gera novos conhecimentos, e acreditando que “toda criança pode aprender” (DRAGO, 2010, p.8) as crianças hoje inseridas no contexto educacional deveriam ter o direito de aprendizado garantido e os professores deveriam trazer planos de ensino que contemplassem as necessidades e as eventuais dificuldades dos alunos. Mas na prática percebo que esses profissionais, não se sentem seguros para lidar com essas crianças que tanto os desafiam. Elas ficam soltas na sala de aula fazendo atividades livres, como desenho ou

pintura, dentro da educação artística, descontextualizada das atividades dos demais alunos, o que contribui muito pouco, ou nada para o seu desenvolvimento escolar.

Percebemos ainda que, muitas vezes, o planejamento do professor para a turma contempla uma atividade e para o aluno com deficiência, uma atividade diferente, na proporção do que ele imagina que aquele aluno possa ser capaz de fazer. Sendo assim, na maioria das vezes, tanto o conteúdo da atividade quanto a prática pedagógica, são diferentes para o aluno com deficiência. É uma exclusão dentro da inclusão. Ou seja, a prática muita das vezes ainda está baseada em rótulos, e nesses rótulos encontramos nossas limitações, insegurança e medo. Diante de tal situação surge o questionamento: **Como se dá a relação professor e a diversidade e como é feita a inclusão do aluno com deficiência na sala de aula?**

3 DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO:

O projeto nasce em uma escola da rede municipal de um município mineiro, que atende em torno de cento e cinquenta alunos, nos turnos manhã e tarde, no segmento da Educação Infantil (quatro e cinco anos) e Ensino Fundamental com o primeiro ano dos anos iniciais, de seis anos. A escola trabalha com o efetivo de vinte e dois profissionais, a maioria com pós-graduação. Dentre os cento e cinquenta alunos, a escola atende a duas alunas com deficiência, sendo uma aluna com hidrocefalia obstrutiva o que a coloca num quadro de deficiência intelectual leve e a outra aluna com a Síndrome de Prader Willi, com características que a colocam num quadro de deficiência intelectual grave. Ambas tem professor especialista.

Em uma das nossas reuniões pedagógicas uma colega de trabalho ao colocar para os demais colegas presentes na reunião uma de suas práticas na sala de aula, mencionou a atividade com contexto diferente para a aluna com deficiência e uma terceira atividade para um aluno, ao qual a professora achava que tinha autismo. Na prática os alunos “normais” faziam à escrita, a aluna com deficiência “brincava” com tinta em atividade livre, e o menino coloria boi, pois segundo a professora ele só gostava de fazer atividades que continham bois e cavalos. Aquilo me chamou muita atenção, e como eu estava chegando à escola aquele ano, fui pesquisar nos documentos qual seria a proposta da escola para alunos com deficiência. Ao realizar tal pesquisa percebi que o Projeto Político Pedagógico (PPP) continha apenas um parágrafo de três linhas que contemplaria a educação inclusiva. Conforme segue o texto: “A educação especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de

ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista neste projeto político pedagógico.” (PPP, 2016, p.12).

A questão da Educação Inclusiva ficara martelando em minha mente: a escola desejada e a escola real, a qual eu devia gerir e estar à frente de qualquer iniciativa. Foi quando, ao ler alguns textos do curso e estudo das disciplinas, em especial o texto de Montoan (2003) intitulado “*Inclusão Escolar O que é? Por quê? Com fazer?*” voltei meus pensamentos para prática na sala de aula, começando pela escola em que atuo como diretora. Comecei a me indagar como é que se dava a relação aluno com deficiência e professores na sala de aula e, quais caminhos os professores traçavam em busca de incluir tais alunos.

Ao confrontar minhas observações com meus estudos, percebi o quanto temos que caminhar para uma maior “equidade em educação”, (Diez, 2010, p.4). Percebi que ainda existem muitos discursos, pouca prática e interpretações errôneas nas escolas, o que faz com que muitos não saibam lidar de fato com a inclusão, confirmando a afirmação de Diez (2010, p.3) “a ideia de que todas as pessoas tem direito a receber a educação em um sistema único e em seu próprio em torno é importante mas não é suficiente”.

Percebi ainda que alguns professores trazem um discurso a favor da inclusão e recebem a criança com boa vontade, mesmo sem preparado para lidar com a inclusão, por outro lado, percebi também muita resistência a mudanças e quebra de conceitos, o que traz angustia e sofrimento. O professor percebe que não está preparado e, ao invés de rever e cogitar a possibilidade de mudança na sua prática pedagógica acaba colocando a culpa no aluno e encaminhando para reforço ou atendimento médico especializado.

De acordo com Mantoan (2003, p.18) “a escola vem sendo marcada pelo fracasso, pela evasão e pelo insucesso escolar”, o que sinaliza que a forma como ensinamos precisa mudar, mas o professor ainda resiste em aplicar uma prática que não funciona mais, culpando sempre o aluno e a família deste. “Esse fracasso continua sendo do aluno, pois a escola reluta em admiti-lo como sendo seu. [...] sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa o que e como a escola ensina.” (MANTOAN, 2003, p.8). Por isso, se faz importante um projeto que objetiva problematizar as relações entre professores e alunos com deficiência na sala de aula e suas implicações na aprendizagem.

4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA:

Ao pensar no Projeto de pesquisa voltei à reflexão para sala de aula e toda diversidade advinda dela. Procurei pensar como se dava as relações e as práticas na sala de aula e pensar na diferença não como motivo para separação do meio que separa o aluno com deficiência e o aluno sem deficiência, mas pensar em todos os alunos, em quais dificuldades ou situações emocionais a escola poderia atender e contemplar na sua prática e, quais estratégias de ensino dariam a todos os alunos possibilidades de apropriação e construção de conhecimento. Para tal, busco entendimento de como se deram essas relações na sala de aula.

De acordo com Bossa, (2002, p. 54),

“o mundo moderno, ao postular a criança ideal, supostamente universal, acabou por realizar a negação das diferenças e, conseqüentemente, da subjetividade de toda criança que não conseguisse responder a esse ideal. Ao mesmo tempo promoveu a segregação, mascarou a divisão existente no seio da própria infância. De um lado, crianças supostamente ideais, postas na condição de puro objeto do desejo parental e social; de outro, “crianças-problema” que insistem em existir e apontar a ilusão do mundo ideal criado onipotentemente pelo homem moderno”.

O autor dá continuidade ao seu argumento dizendo que ao se criar um “ideal de criança acaba por impedir a emergência do singular, daquilo que, como diferença, distancia do ideal” (BOSSA, 2002, p.54). Nesse sentido, a criança que foge ao padrão ideal de educação e, conseqüentemente fracassa na escola, é excluída do cotidiano escolar.

A educação é sem dúvida a porta de entrada dessa criança ao mundo letrado, o que faz com que ela seja inserida e de continuidade na transmissão do saber cultural. Mas essa inserção ao mundo letrado, em muitos casos, irá determinar a direção da vida de muitas crianças, haja vista que ela possa vir acompanhada de sucesso ou fracasso, o que gera sofrimento, dependendo da forma como a escola lidará com a situação.

As conseqüências do “não aprender” traz outras conseqüências irreversíveis para criança, podendo ser esse o fator determinante para sua vida. Ou seja, o fracasso escolar pode decidir até mesmo a direção do seu futuro.

Nesse sentido, Mitler (2003, p.139) afirma que: “inclusão e exclusão começam na sala de aula”. Se hoje precisamos falar de inclusão é porque muitos estão excluídos no processo educacional, portanto é preciso pensar: o que é ser incluído? Quem são os excluídos? E, como um sujeito pode ser excluído quando falamos de educação?

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 208, traz a educação como dever do estado e a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Já a lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu artigo 4º, vem referenciar o que já dizia a lei anterior, reforçando o dever do Estado com a Educação, garantindo que a educação básica seja gratuita e obrigatória dos quatro aos dezessete anos de idade. Ou seja, a escola democrática está presente na lei, assegurando a educação para todos, mas percebemos que, na prática, a matrícula não garante o acesso à educação escolar, haja vista que a escola, no geral, ainda não tem considerado as diferenças, organizando-se em cima de um modelo ideal. O que faz com que a escola trabalhe denegando o artigo 2º da mesma Lei, que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando. Ainda que os preceitos constitucionais nos apontem para uma sociedade justa e igualitária.

Sendo assim, por mais que órgãos competentes e governantes estejam empenhados, a inclusão acontece com a formação do professor, com acessibilidade e diferenciação da prática pedagógica. A Convenção da Guatemala (BRASIL, 2001, Art. 1º, nº 2a) deixa claro a impossibilidade do tratamento desigual com base na deficiência, definindo

toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha efeito de anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Sendo assim, espera-se que a diferenciação seja somente com base na deficiência, a fim de permitir o acesso ao direito e não para negá-lo. Cito como exemplo: se uma pessoa com deficiência precisa de um computador para acompanhar as aulas, esse instrumento deve ser garantido e ofertado a ela, é uma diferenciação com base na deficiência, garantindo o seu acesso à educação e a igualdade de direitos. Haja vista que a escola está oferecendo condições, ou seja, o acesso ao direito e não o negando.

São as relações cotidianas que oferecem possibilidades ou não para aprendizagem. Dessa forma, a maneira como o professor intervém na sala de aula pode viabilizar aprendizagens, com maior ou menor grau de significado, conforme também pode excluir o aluno.

Devido ao que foi mencionado acima o projeto de intervenção em questão se faz de suma importância no sentido levar aos professores possibilidades para a inclusão educacional e, diante dessa realidade, fomentar uma reflexão acerca das práticas pedagógicas,

concepções e atitudes frente à diversidade, relacionando: o acesso, o conhecimento e a inclusão de todos, buscando assim, uma educação que reconheça e valorize a diversidade.

5 OBJETIVO GERAL:

Analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência em sala de aula, bem como sua relação com os professores, buscando estratégias para que a inclusão ocorra na escola.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Observar a percepção dos professores em relação à educação Inclusiva;
- Analisar a formação docente e suas contribuições para a prática pedagógica;
- Propor ações e estratégias para inclusão dos alunos na sala de aula;

7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO:

Diante da diversidade na nossa sala de aula, torna-se necessário buscar alternativas que atendam as necessidades individuais e grupais na turma. O processo educacional precisa estar de acordo com os alunos concretos e não em discordância, onde uns aprendem e outros não. Sendo assim, a escola precisa estar preparada para atender a diversidade, procurando meios e recursos que garantam a aprendizagem. É preciso criar uma escola que acredita na potencialidade de todos os seus alunos, que todos aprendem. Uma escola pautada no diálogo, onde o respeito prevaleça, onde o ouvir e conviver com a diversidade seja estratégia para inclusão. Mesmo que, para isso, seja necessária a intervenção no currículo escolar, haja vista que de um lado a educação inclusiva enfatiza a qualidade no ensino e, por outro a escola precisa se reorganizar para atender a demanda. Pois, em uma escola inclusiva, a diversidade deve ser valorada, garantindo a todos maiores oportunidades de aprendizagens.

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura que marca, que não tem medo do risco, por isso recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida. (FREIRE, 2003, p. 157).

Com esse pensamento busco uma reflexão nas adaptações curriculares sendo preciso buscar, com os professores, alternativas e reflexões sobre o assunto.

Partindo do pressuposto que a educação deva ser inclusiva e atender a todos, buscaremos respostas nas práticas pedagógicas, sendo necessário para isso:

- **1º Etapa**

Levantamento bibliográfico de autores e documentos que tratam da temática, dando fundamentação teórica ao estudo em questão.

- **2º Etapa**

Pesquisa empírica, por meio de observação, análise documental e entrevista (roteiro em anexo) a fim de identificar dados da realidade vivenciada pelos professores e como acontece o processo de inclusão na escola.

- **3º Etapa**

A partir de dados coletados e observados, analisar o processo de inclusão atual e com bases nesses dados refletir, em conjunto com os profissionais participantes da pesquisa, sobre as práticas pedagógicas e conflitar com embasamentos teóricos, as práticas observadas e relatadas.

Tal reflexão se dará por meio de um encontro com os docentes para analisar na prática estudos de casos reais e fictícios, selecionados por mim com base na realidade encontrada, buscando soluções ou alternativas que visem intervenções na sala de aula, buscando práticas que contemplem a heterogeneidade, buscando abarcar as diferenças e viabilizar as possibilidades para a construção do conhecimento.

8 CRONOGRAMA:

DATA	AÇÃO
Novembro a Dezembro	Construção de um roteiro para entrevista.
Novembro a Dezembro	Entrar em contato com as escolas e envolvidos.
Janeiro até 16/01	Entrega do projeto de intervenção.

Fevereiro e Março	Apresentação do projeto a equipe para que compreendam objetivo proposto. Aplicação do questionário a fim de identificar a concepção dos participantes a acerca da inclusão escolar, bem como as dificuldades encontradas para concretização e possíveis alternativas de viabilização.
Março e Abril	Avaliação, análise e elaboração do texto e possíveis ajustes. Intervenção com os docentes na escola, contemplando as 3 etapas do projeto.
Abril e Maio	Registro das minhas considerações sobre a experiência vivenciada, redação do TCC.

9 – RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

O Projeto de intervenção pedagógica, cujo tema enfoca “Repensando a prática pedagógica com um olhar inclusivo na Escola” foi pensado no intuito de auxiliar professores e equipe pedagógica a terem um olhar voltado para inclusão.

As ações propostas nesse projeto foram realizadas nas reuniões de módulo dois dos professores, em reuniões pedagógicas e em sala de aula, onde foram feitas as observações das práticas escolares. O trabalho foi realizado em uma instituição municipal de uma cidade mineira, que atende crianças de quatro a sete anos, sendo educação infantil e o primeiro ano dos anos iniciais. O acompanhamento e pesquisa se deram em encontros semanais, nos meses de fevereiro e março, com um último encontro em abril, no decorrente ano, totalizando quarenta horas. Durante esse tempo, foram feitas entrevistas individuais, observação na sala de aula, reuniões com os professores e análise de documentos escolares. Tendo o trabalho como público principal os professores e equipe pedagógica com foco na educação inclusiva, como forma de viabilizar a prática e inclusão escolar.

O desenvolvimento das ações do projeto iniciou-se com a realização de pesquisas e conversas informais junto aos professores, sobre a inclusão escolar. Foram abordada a formação do profissional, com enfoque no professor generalista e especialista, como ambos poderiam contribuir para a educação escolar voltada para todos. Questões como as

dificuldades encontradas no processo de inclusão bem como a concepção ideológica da proposta de inclusão escolar.

Durante a realização deste projeto de pesquisa, uma das maiores dificuldades encontradas foram, de início, a pouca receptividade dos professores em relação ao projeto, demonstrando pouco interesse e muita resistência, o que fez com que eu percebesse que prática e teoria não conversam com a concepção ideológica da proposta de inclusão. O que posteriormente veio a confirmar quando consultei o projeto político pedagógico da escola, que no capítulo de educação inclusiva, destina apenas um parágrafo de três linhas.

No decorrer das atividades propostas no projeto foi aplicado um pequeno questionário junto aos professores, onde cada uma poderia colocar suas concepções a respeito da inclusão escolar. O objetivo do questionário era trazer perguntas que as levassem refletir suas práticas e o seu grau de envolvimento com a inclusão, buscando em conjunto estratégias para lidar com as dificuldades na sala de aula bem como ao atendimento das especificidades de cada um. Senti que as professoras não se sentiam à vontade em ter que registrar suas concepções, as respostas eram objetivas e sem um real envolvimento, foi quando uma delas sugeriu que falássemos, ao invés de escrever. Senti que houve uma participação melhor, mais focada na temática e uma completava a idéia da outra. Percebo que as professoras ainda sentem-se muito inseguras para conversar sobre a inclusão, o tema gera muito medo e ansiedade. Até mesmo em relação às nomenclaturas, ainda se fala muito em aluno especial com a visão do coitadinho, do menor, do aluno que veio para a escola somente para socializar. Os encontros foram bastante produtivos, haja vista que a troca de experiências nos leva a refletir, buscar inovações e de forma sutil corrigir algumas falhas. Em nenhum momento esses erros ou falhas foram assumidos, ficaram nas entrelinhas, o que já é um ganho, pois sei que foram tocadas e uma ou outra prática vai ser repensada.

Em conversa informal com os alunos em determinada turma, (sendo esta composta de professor generalista e especialista, alunos com e sem deficiência), pude perceber que as crianças, apesar da pouca idade, demonstram ter conhecimentos amplos acerca dos direitos de aprendizagem de todos os alunos e da necessidade de incluir a criança com deficiência no contexto escolar. O que me faz acreditar que a criança não vê a limitação do outro, muito pelo contrário busca caminhos para que esse supere e seja incluído. Como exemplificaram: na educação física a aluna x não joga bola, *“aí a gente pega a bola, coloca nas mãos dela e ajuda ela a jogar”*. Portanto, pude constatar que os alunos na maioria compreendem os direitos do aluno com deficiência e são mais dispostos a aceitar a diferença em busca de uma escola inclusiva.

A ação seguinte foi analisar com os professores os possíveis entraves que fazem com que a inclusão não se efetive em sua plenitude. Em um primeiro momento, os professores colocaram como entrave principal as barreiras arquitetônicas. Em segundo lugar, colocaram a formação continuada ao alegarem que o município não investe em capacitações que contemplariam a inclusão, os que se capacitam o fazem por conta própria. Em terceiro plano, as adaptações curriculares ou pedagógicas e a demora em um diagnóstico preciso. O município não tem profissionais especialistas no campo da medicina, o que faz com que seja encaminhado para outro município. A demanda para vaga é enorme. Acontece também da escola encaminhar e a família não levar ao especialista, principalmente quando a limitação não fica evidente, os pais tendem a mascarar a situação.

A partir dos resultados das entrevistas e conversas investigativas na escola, passei a refletir sobre o olhar do professor, suas perspectivas, ações e práticas pedagógicas para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência e ou dificuldade de aprendizagem na sala de aula regular.

Segundo Mantoan, (2003) a escola deve atender a todos em suas especificidades e particularidades, isso significa dar a todos condições e oportunidades para que estes aprendam, e quando a autora fala de todos não se refere apenas aos alunos com laudo ou considerados com deficiência e sim a uma educação que contemple a todos os alunos da escola. A autora destaca que a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso ao conhecimento. “É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente” (MANTOAN, 2003, P.30).

Ao se analisar as questões e se pensar em um processo de inclusão, não se pautam somente na formação do professor e sim em outros aspectos como trabalho colaborativo entre professor especialista e generalista, mas ao ser confrontado, os professores, evidenciam uma preocupação com a educação escolar de todos, mas se tratando do aluno com deficiência esse fica a cargo do professor especialista ou de apoio, conforme é chamado. O que faz com que o professor regente da turma monte o seu planejamento, ele ora traz uma atividade dentro do que foi traçado para o aluno com deficiência ou pede ao especialista que traga, esse faz as devidas adaptações e aplica ao aluno. A atividade nem sempre conversa com o planejamento do professor regente, descontextualizando a aula para o aluno com deficiência. O que faz com que se abram leques de possibilidades e atendimentos diferenciados, indo do comprometimento de cada professor. A inclusão se pauta mais na socialização do que no processo de aprendizagem.

O projeto de pesquisa aponta que boa parte dos professores ainda se sentem inseguros ou não estão devidamente preparados para lidar com a inclusão, pois muitos não abrem mão de mudar sua prática pedagógica. Conforme análise feita com os professores participantes, ao serem questionados sobre, como por exemplo, “Como desenvolver um trabalho produtivo, considerando a composição das turmas?” Ou “Como agrupar alunos para que possam, sempre que possível, aprender uns com os outros?” As respostas evidenciam claramente insegurança e resistência, com a justificativa de que o aluno não aprende porque “tem problema”, ora de ordem emocional, o que envolve a família ora de ordem biológica, mas em nenhum momento foi mencionado que “o problema” possa estar na prática pedagógica na sala de aula, o que faz com que o professor permaneça e não saia de sua zona de conforto.

A partir desses resultados marcamos um último encontro onde faríamos estudos de casos reais e fictícios, disponibilizados pelo município. Para tal, como início de estudo, nos baseamos na escola, sendo dois casos de alunas com deficiência intelectual, e a partir desse estudo de caso, fomos abrangendo oralmente, discutindo outros casos do município e suas possíveis estratégias de intervenção.

O objetivo desse encontro era o de refletir sobre as práticas e as intervenções na sala de aula. Os nomes foram trocados para não serem identificados e suas identidades preservadas. E desses casos surgiram situações que foram pensadas e analisadas em duplas. Os professores recebiam situações de acontecimentos na sala de aula e deveriam se posicionar e buscar estratégias para solucionar os casos. Inclusive adaptações curriculares das atividades. Não quiseram escrever, acharam mais fácil falar e um ir completando ou interferindo na idéia do outro. O momento foi de bastante descontração e produtividade. E ao se colocarem no lugar do outro, foram obrigadas a saírem da zona de conforto e pensar a inclusão por outro viés.

Partindo dessas considerações e de todas as ações desenvolvidas no projeto, foi possível perceber que professor regente, professor de apoio e gestores da escola são responsáveis pela inclusão de todos os alunos e juntos devem buscar meios para que ela aconteça. Constatou-se que os professores são mais resistentes à inclusão do que os próprios alunos. Haja vista, que os professores se sentem mais responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, já que se sentem classificados, ou seja, o que faz com que o professor seja bom o ruim, se o aluno aprende o professor é bom, do contrário é ruim, fica mais fácil colocar a culpa no aluno. Entre a prática e a inclusão para o docente existe um abismo, sendo necessário que mais reflexões práticas envolvendo a temática sejam aplicadas nas escolas para que os

professores tenham oportunidades de colocarem suas dúvidas, medos e anseios, pois só assim poderão abrir horizontes.

10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O objetivo principal desse estudo foi o de analisar e provocar reflexões nas concepções docentes acerca da educação inclusiva, bem como identificar práticas pedagógicas que coloque em evidência a inclusão, tendo em vista a diversidade no contexto escolar.

Dentro desta perspectiva, foram elaboradas atividades de coleta de dados junto aos professores, alunos e demais profissionais da escola, para posterior análise qualitativa e reflexão sobre os resultados, o que nos permitiu uma análise detalhada acerca de como se dá a relação educação inclusiva no contexto escolar.

Ao analisar os resultados do estudo, constatou-se que os professores apresentaram certa resistência quanto à proposta de trabalho do projeto, não por uma questão pessoal, mas por questões políticas, como por exemplo, a importância de uma estrutura adequada, um bom planejamento e apoio ao docente, ou seja, meios estruturais e legais que faltam à escola para que a educação inclusiva aconteça.

Ficou claro que embora os professores tenham boa vontade e criatividade, isso não basta, pois não se trata da incompetência do mesmo, e sim de uma falha no sistema. Fica evidente ainda que a falta de formação continuada, ou a ausência de respaldo e ou orientação pela Secretaria de Educação compromete a prática escolar no que diz respeito ao atendimento dos alunos com deficiência ou baixo rendimento escolar.

A inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, seja no projeto pedagógico, na postura com os alunos ou pela filosofia da escola, todos precisam reformular suas práticas. O caminho é longo, mas saber aonde se quer chegar já é importante, e para que haja uma política voltada para a diversidade é preciso que haja uma transformação no contexto escolar.

Sabemos que a educação inclusiva não se prende mais a criação de leis, mas sim a garantia de que essas leis sejam aplicadas e concretizadas, garantindo a igualdade de direitos. Como pressuposto básico de educação inclusiva, precisamos entender e compreender que todos independentes de sua condição, merecem ser tratados com respeito e dignidade, receber as mesmas condições de acesso e permanência na escola, de modo que não podemos incluir se não tivermos esse entendimento.

A transformação desse quadro implica no comprometimento da Secretaria de Educação em voltar seu olhar para educação inclusiva, com ênfase na formação docente e estímulos para que o professor busque aprimoramento na sua prática pedagógica, bem como a formação continuada. É preciso aliar aspectos legais, teoria e discurso para uma educação que abarque a diversidade da escola. Portanto, diante do exposto, trabalhar para uma educação inclusiva requer pensar na heterogeneidade, isso significa usar métodos e práticas diversificadas com o objetivo de contemplar as diferenças e viabilizar as possibilidades na construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Convenção da Guatemala**. Decreto nº 3.956/2001. Brasília Senado Federal, 2001.

BOSSA. Nádia A. **Fracasso Escolar: Um Olhar Psicopedagógico**. Artmed, 2002.

CHIAROTTINO, Zélia R. Aprendizagem e Desenvolvimento da Inteligência. In: MOREIRA, Mercia. MENICUCCI, Maria do Carmo, et.al. **Educação Especial Inclusiva**. Belo Horizonte: PUC Virtual, 2006. 144 p.

DÍEZ. Anabel Moriña. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, v. 5, nº 1. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2010.

DRAGO, R. et al. Projeto político-pedagógico e inclusão escolar: um diálogo possível. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES**. V. 16, n. 31. Vitória: PPGE, jan./jun. 2010.

ESCOLA. **Projeto Político Pedagógico**. 2016. Lima Duarte, MG.

FREIRE. Paulo. A prática Educativa: Um dos caminhos para a inclusão. In: ROSA, Suely Pereira da Silva. **Fundamentos Teóricos e metodológicos da Inclusão**. Curitiba; Iesde Brasil S.A. 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MITLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Qual sua concepção sobre a inclusão escolar?
- 2- Quais dificuldades e limitações encontradas no processo de concretização da inclusão escolar?
- 3- Quais fatores necessários para que a inclusão escolar se concretize?
- 4- Você participa ou o município oferece formação continuada?
- 5- Como você se capacita de forma a atender a diversidade na sala de aula?
- 6- Como planeja suas aulas para incluir o aluno com deficiência? Como são feitas as intervenções?
- 7- Como as outras crianças vêem ou percebem o aluno com deficiência?

APÊNDICE II

ENCONTRO FINAL: PERGUNTAS NORTEADORAS

1. Como desenvolver um trabalho produtivo, considerando a composição das turmas?
2. Como agrupar os alunos para que possam, sempre que possível, aprender com os outros?